

# Congresso discute nesta terça vetos a itens da 'pauta-bomba'

dec 27, 2014 – c 30 and chronic cough generic tadalafil 20 mg canada and lortab lioresal 25 baclofen buy baclofen tablets baclofen 10 mg street price buy dapoxetine 2012 dapoxetine canadian pharmacy [buy Priligy](#) [baclofen online](#) where to purchase viagra in india availability south africa tizanidine and use. [buy baclofen](#) online, baclofen 10mg tab ups, 10mg baclofen buy valtrex without a prescription \ buy valtrex online in canada. [order valtrex](#) where to [purchase valtrex](#) uk & us & eu delivery. find pharmacy that ... buy now and get fast and free courier shipping in next few days

Impacto da derrubada é de R\$ 23,5 bilhões em 2015 e R\$ 127 bi até 2019

O Congresso Nacional se reúne às 19h desta terça-feira (21) para decidir se mantém ou rejeita vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos que geram despesas e integram a chamada "pauta-bomba". Alvo de grande preocupação do governo, eventual derrubada dos vetos vai anular quase todo o esforço de corte de gastos que o governo anunciou como parte do pacote de ajuste fiscal – R\$ 26 bilhões.

De acordo com o Ministério do Planejamento, a retomada dos projetos vetados geraria um impacto de R\$ 23,5 bilhões no ano que vem. Os gastos em quatro anos – até 2019 – somarão R\$ 127,5 bilhões, de acordo com a pasta.

Um dos temas que serão analisados pelos parlamentares é o reajuste entre 53% e 78% a servidores do Poder Judiciário, conforme o cargo. O projeto, vetado por Dilma, previa que as correções fossem escalonadas até 2019. De acordo com o Planejamento, essa proposta vai gerar uma despesa de R\$ 5,3

bilhões no ano que vem. Em quatro anos, até 2019, o custo total será de R\$ 36,2 bilhões.

A derrubada desse veto é a que mais preocupa o governo, já que existe uma forte pressão de servidores para que a correção salarial seja concedida. Munidos de cornetas e cartazes, funcionários têm feito manifestações semanais nos corredores da Câmara e do Senado e no gramado em frente ao Congresso Nacional. A previsão é de que eles ocupem as galerias do plenário e circulem em peso pelas dependências do Legislativo nesta terça.

Nesta segunda, o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, que deve assumir a articulação política do governo, se reuniu com líderes da base aliada para apresentar as estimativas de gastos. No encontro, ele ouviu dos parlamentares que há chances reais de o veto ao reajuste do Judiciário ser derrubado e pediu que os líderes apresentem os números do impacto às suas bancadas.

Se o governo perceber que a possibilidade de derrota é grande, tentará adiar a votação. A estratégia seria orientar senadores e deputados a não registrarem presença, para evitar que seja alcançado o quórum mínimo necessário para a análise dos vetos.

### Isenção a óleo diesel

Além do reajuste aos servidores do Judiciário, outros projetos poderão elevar os gastos ou reduzir a arrecadação do governo, se tiverem os vetos derrubados. Um deles prevê isenção de PIS/Cofins para o óleo diesel.

Essa desoneração tributária foi concedida pelos parlamentares ao votarem a medida provisória 670/2015, que reajustava as tabelas de imposto de renda. De acordo com o Planejamento, o impacto dessa medida é de R\$ 13,9 bilhões no ano que vem e R\$ 64,6 bilhões até 2019.

### Dedução de IR a livros

Outro item vetado pela presidente e que vai impactar as contas públicas, segundo o Planejamento, é a permissão para que professores descontem do imposto de renda gastos com a compra de livros. Conforme o Planejamento, essa proposta vai gerar uma perda de R\$ 4 bilhões na arrecadação do governo. Até 2019, o impacto será de R\$ 16 bilhões.

### Reajuste a aposentados

O governo também batalha para manter o veto de Dilma ao texto que estende para todos os aposentados e pensionistas as regras de reajuste anual do salário mínimo. A previsão é de que essa medida gere um gasto de R\$ 0,3 bilhão em 2016. Nos próximos quatro anos, a despesa somará R\$ 11 bilhões.

### Fato previdenciário

O Congresso analisará ainda veto da presidente Dilma Rousseff ao texto que acabou com o fator previdenciário e estabeleceu a regra 85/95 para a aposentadoria. Pela proposta aprovada pelos parlamentares, as pessoas poderiam se aposentar quando a soma da sua idade e do tempo de contribuição atingisse 95 anos, se homem, e 85 anos, se mulher.

Dilma vetou o texto e editou uma medida provisória com uma proposta alternativa, pela qual a fórmula usada para calcular a aposentadoria irá variar progressivamente de acordo com as expectativas de vida da população brasileira.

Por: O Globo

Foto: Agência Brasil

Publicado por Folha do Progresso fone para contato Cel. TIM:  
93-981171217 / (093) WhatsApp (93) 984046835 (Claro) Fixo:  
9335281839 \*e-mail para contato:  
folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br